



O PAPEL DA EDUCAÇÃO E DA ESCOLA PARA A CONQUISTA DOS DIREITOS HUMANOS

THE ROLE OF EDUCATION AND SCHOOL FOR THE CONQUEST OF HUMAN RIGHTS

¹BARTEL, Márcio Renato Bartel

RESUMO

É necessário pensar a escola como a continuidade do lugar em que se vive e exerce os Direitos Humanos e a cidadania dentro e fora da escola. Ela tem um papel estratégico na educação em direitos humanos para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito, enfatizando a construção de uma sociedade justa e equitativa. Que no desenvolvimento de ações de educação em direitos humanos pelo poder público e pela sociedade civil, por meio de ações conjuntas se possa efetivar os compromissos internacionais e nacionais com a educação em direitos humanos. Para tanto, se faz necessário estimular a cooperação na implementação de ações de educação em direitos humanos, através da transversalidade de educação em direitos humanos nas políticas públicas, estimulando o desenvolvimento institucional e interinstitucional das ações previstas no PNEDH nos mais diversos setores da vida.

PALAVRAS-CHAVE: Escola. Educação. Direitos Humanos.

ABSTRACT

It is necessary to think of the school as the continuity of the place where one lives and exercises human rights and citizenship in and out of school. It has a strategic role in human rights education for the strengthening of the Democratic State of Law, emphasizing the construction of a just and equitable society. That in the development of human rights education actions by the public power and civil society, through joint actions, international and national commitments to human rights education can be made effective. Therefore, it is necessary to stimulate cooperation in the implementation of human rights education actions, through the transversality of human rights education in public policies, stimulating the institutional and interinstitutional development of the actions foreseen in PNEDH in the most diverse sectors of life.

KEYWORDS: School. Education. Human rights.

¹ Márcio Renato Bartel. Doutor pela Universidade Católica de Paris. Advogado. Docente do Centro Universitário Estácio de Santa Catarina. Pesquisador/bolsista do Programa de Pesquisa Produtividade – PPP/2018. Avaliador do MEC.

Recebido: 29 de agosto de 2018; Aceito: 14 de setembro de 2018.



INTRODUÇÃO

Destaca-se que muitas vezes a igualdade que é reconhecida e desejada em relação aos seres humanos, pode estar garantida juridicamente, pode estar expressa em leis, mas ela pode não se verificar na prática. Não basta que os direitos sejam assegurados no plano jurídico. As pessoas precisam conhecer e querer que esses direitos guiem suas vidas. Portanto, é preciso ter informações sobre esses direitos e é preciso querer orientar a vida por esses direitos. É preciso valorar esses direitos como importantes.

Mas a questão de valorar esses direitos como importantes não se dá espontaneamente. Não é porque o país considera direitos humanos importantes que toda a população vai considerar o mesmo. Daí a necessidade de um processo educativo, tanto para se conhecer os direitos humanos, quanto para que os estudantes valorem os direitos humanos positivamente, acreditem e construam esses direitos para orientar suas vidas.

É importante ressaltar que a educação tem uma importância ímpar nesse processo do estabelecimento de uma cultura de direitos humanos. Pois, geralmente, quando se houve falar em direitos humanos é no sentido de direitos que foram violados, desrespeitados e da necessidade de repará-los.

A educação parece ser a principal via para prevenir e não precisar correr atrás do direito violado. A educação vai agir no sentido de promoção dos direitos. Na medida em que se informa os membros das novas gerações, nossos estudantes, de que existem direitos humanos e quais são eles e de que se deve agir na construção e na valoração positiva desses direitos, conseguimos trabalhar na afirmação de uma cultura de direitos humanos. Logo, temos uma maior probabilidade de que as pessoas orientem suas vidas guiadas por princípios de igualdade, solidariedade, justiça, tolerância, inclusão, não discriminação. Daí a importância da educação que tem um papel central, estratégico da promoção dos direitos humanos.

Ambiente Escolar e Educação em Direitos humanos

Não basta sentar os alunos em sala de aula e começar pela história dos direitos humanos, da construção dos direitos humanos, ou explicar quais são os direitos, ou ainda explicar quais são os direitos da criança e do adolescente contidos no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). É um passo importante saber que tais direitos existem, mas



temos que transformar esses direitos num modo de vida. Não adianta termos um discurso e uma prática totalmente contraditória.

É importante pensar a educação em direitos humanos não como um fim, mas como um caminho, isto é, um modo de vida que deve orientar tanto a vida na escola, quanto a vida na sociedade. E isso vai implicar em algumas coisas tais como a vivência e convivência dos estudantes em ambientes que sejam democráticos e orientados pelos direitos humanos. A escola tem que ser democrática. Não adianta dar uma aula sobre a democracia, sobre a importância da participação, sobre a liberdade de expressão e o estudante não ter como discutir ou reivindicar algo que ele ache ser de seu direito. Ou que esses estudantes não tenham representantes de classe para defender seus interesses.

Não é, portanto, só uma aula explicativa que vai atuar na construção de valores democráticos e de princípios relacionados aos direitos humanos. São importantes, também, ações protagonistas por parte dos estudantes. Os estudantes são parte central do processo educativo. Eles têm que participar ativamente do processo, desde a discussão sobre temas de trabalho, escolher temas que eles queiram pesquisar, e até participar de decisões que afetam a escola. Eles têm que participar ativamente dos problemas que afetam a vida em comum na escola; têm que participar ativamente da aula; têm que se confrontar com colegas que talvez tenha posições totalmente contrárias as suas. Será que a sala de aula propicia esse encontro com a diversidade?

E, ainda, a escola está inserida numa comunidade. É preciso que haja articulação entre a escola e a comunidade. A escola não é uma instituição isolada do mundo. É importante que a escola se relacione. Portanto, quais são os vizinhos da escola? Há parceiros possíveis? Por exemplo, há nas proximidades um posto de saúde que possa atuar junto a escola, que possa haver parceria? Há alguma associação de moradores que possa atuar na escola por meio de fóruns para discutir problemas comuns? É importante reunir as pessoas do entorno da escola e da comunidade escolar para discutir os problemas região, pois a escola faz parte desse espaço.

É importante, também, as práticas e as ações voltadas à promoção dos direitos humanos. Que os estudantes tenham a possibilidade de desenvolver ações voltadas à promoção dos direitos humanos. Por exemplo, campanhas de solidariedade que visem desde a arrecadação de alimentos até o desenvolvimento de alguma atividade de lazer com as crianças da região ou com os idosos de algum asilo localizado nas proximidades. Cada



comunidade escolar deve ver quais são suas possibilidades e como podem envolver os estudantes em projetos que visam a efetivação dos direitos humanos no entorno da escola.

Quanto ao ambiente escolar, trata-se de conseguir trazer os direitos humanos como um modo de vida, orientando todas as relações que acontecem dentro da escola. Segundo Chaparro (apud DUARTE, 2003) o ambiente escolar se caracteriza por envolver ações e experiências que cada um dos participantes da comunidade escolar teve. A vivência de cada um dos estudantes, dos professores, dos funcionários, da equipe gestora, enfim de todos que integram a escola é que faz o ambiente escolar. E as relações que essa escola tem com o entorno, com a comunidade onde ela está inserida, também faz parte do ambiente escolar. Ainda, como são as condições sócio afetivas nessa escola? Há espaço para diálogo, para comunicação? As pessoas têm boas relações ou vivem sob um clima de medo, de não poder falar, de insegurança? Como são essas relações?

E as condições materiais da escola? Ora, elas também fazem parte do ambiente escolar. Que condições essa escola tem de infraestrutura para as aulas? Há espaços de convivência para os estudantes permanecerem durante o intervalo? Existem essas condições materiais e elas são favoráveis? E a infraestrutura para a realização de propostas? Enfim, o que esta escola oferece infraestrutura para que os projetos e eventos ali se realizem. Ora tudo isso faz parte do ambiente escolar.

De maneira bem geral, podemos sintetizar a questão do ambiente escolar em duas dimensões principais: relações humanas e espaço físico.

Relações Humanas e Direitos humanos

As relações humanas dizem respeito a todas as relações interpessoais que tem lugar na escola, bem como, das relações dos estudantes com o conhecimento, da motivação dos estudantes e dos docentes, da forma de resolução de conflitos, dos princípios que orientam a vida em comum e das relações da escola com a comunidade.

Como trazer os direitos humanos para este cotidiano das relações humanas no ambiente escolar? O Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos da ONU (PMEDH) e o Plano Nacional para Educação em Direitos Humanos do Brasil (PNEDH), indicam algumas ações para que possamos organizar o ambiente escolar. Vejamos:

- Discutir e definir conjuntamente direitos e responsabilidades dos estudantes e dos professores com base em uma distribuição clara de papéis e tarefas. Os estudantes se



comprometem com regras que ajudaram a construir num processo de consenso!

- Utilizar procedimentos dialógicos para resolução de conflitos e para lidar com a violência e a intimidação. Exemplo: bullying.

- Estudantes devem ter oportunidades de auto-expressão, responsabilidades e participação na tomada de decisão.

- Estudantes devem ter oportunidade para organização de suas próprias atividades para representar, mediar e defender seus interesses. Exemplos: tarefas em grupo, organização para reivindicação dos interesses dos estudantes (festas e formatura), etc.

- Conscientização de pais e familiares sobre os direitos das crianças e sobre os principais princípios da educação em Direitos Humanos.

- Participação de pais na tomada de decisões da escola, por meio de organização de representantes de pais. Exemplo: conselho escolar.

- Projetos e serviços extracurriculares dos estudantes na comunidade, particularmente sobre questões de DH (Direitos Humanos). Exemplo: melhoria de algum espaço no bairro, organização de evento cultural ou esportivo, arrecadação de alimentos, etc. O importante é que o estudante participe de todo o processo.

- O reconhecimento e a celebração das conquistas em DH (Direitos Humanos) por meio de festividades. Exemplo: existem datas que celebram os direitos da humanidade (10 de dezembro – Direitos Humanos), dia da consciência negra, dia do índio, etc. É necessário aproveitar estas datas para se discutir de maneira crítica os direitos humanos dentro da escola.

Espaço físico e Direitos Humanos

Quanto ao espaço físico, refere-se às edificações, aos cuidados com a estrutura física, as instalações sanitárias, a localização, o mobiliário etc.

São, portanto, duas macros dimensões que dizem respeito ao ambiente escolar. E nessas duas dimensões os direitos humanos devem estar presentes. Como falar de direitos humanos e um espaço que não oferece condições dignas para uma aula. Não podemos ter um discurso e uma prática contraditória. É necessário estar atento a isso com um olhar criterioso.

A estrutura física e a organização do espaço escolar revelam concepções de educação e definem as possibilidades e limitações das interações entre as pessoas. Assim, a organização do espaço da sala de aula também é um fator importantíssimo a ser considerado,



sobretudo quando temos em mente metodologias ativas, desenvolvida por meio da interação e cooperação entre os estudantes.

O papel da escola no processo educativo de direitos humanos

A escola é o lugar onde nós socializamos, aprendemos e construímos diferentes aprendizagens. Aprendizagens que se dão no campo cognitivo, no campo afetivo, no campo emocional etc. O que isso pode contribuir para que nós seres humanos possamos nos tornar mais ou não humanos, mais ou não solidários, mais ou não compreendendo o outro, compreendendo a sociedade.

Essa é a função social da escola. Pois ela é uma instituição que reúne dentro dela pessoas que pensam, que criam, que constroem, que discutem e que podem realmente socializar seus conhecimentos. Portanto, a função social da escola é a possibilidade de socializar o conhecimento nesses diversos campos. Razão pela qual se afirma que a educação é multidimensional.

No campo cognitivo vamos aprender os conhecimentos que sejam transversalizados por valores, por concepções, por crenças. Pois, não podemos deixar de ter a nossa forma de pensar sobre as diversas ideologias no conjunto da sociedade. Mas também são conhecimentos que perpassam a nossa subjetividade, que é o que nos faz sermos o que somos.

Para que a escola possa trabalhar, realmente, uma proposta de educação que tenha como finalidade, o objetivo de educar para o respeito, para a materialização e para defesa e ampliação dos direitos humanos, é preciso que ela (a escola) tenha uma intencionalidade. Não existe projeto que não tenha um direcionamento. Razão pela qual se afirma que todo projeto pedagógico é político, pois há uma intenção de valor. E quais são esses valores? Ora, se estamos numa sociedade e num Estado democrático de direito é justamente isso que se visa fortalecer. Que se busque o fortalecimento da democracia e do Estado democrático de direito. São ações democráticas que a escola deve desenvolver. O projeto político pedagógico da escola é o orientador, o norteador das suas ações e nele está imbricado o currículo, ou seja, o currículo está inserido no projeto.

A democracia buscada não é apenas a representativa, mas aquela que tem uma ação direta dos sujeitos, na qual a escola é parte importante de todo esse processo. Portanto, é uma ação que



a escola desenvolve nesse conjunto de conhecimentos, valores e atitudes que vão fortalecer a ampliação dos direitos, o respeito aos direitos e ajudam para que nós sejamos mais ou menos preconceituosos, mais ou menos discriminadores, mais ou menos homofóbicos e intolerantes.

Destarte, se queremos uma educação que respeite os direitos humanos, nós temos que ser intolerantes com qualquer tipo de preconceito e de discriminação. Temos que respeitar o outro da forma como ele é, da maneira como ele se coloca em sua forma de pensar. Isso é respeito a diversidade. Nelson Mandela alerta dizendo que se nós podemos aprender a ser racista, discriminatórios, preconceituosos, homofóbicos etc, também podemos aprender a não ser. Podemos aprender a ser solidários e tolerantes. E isso é processo.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender. E se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto. A bondade humana é uma chama que pode ser ocultada, jamais extinta.” (NELSON MANDELA.
<http://www.univem.edu.br/jornal/>).

O processo de aprendizagem vai do início ao fim da vida. “A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo” (MANDELA.
<http://www.frasescurtas.net/frases-de-nelson-mandela.>). A escola é esse espaço importantíssimo, porque ela trabalha dialogando permanentemente com o conhecimento, valores e atitudes. E, especialmente, com atitudes que levam a pessoa à ação. Razão pela qual os conteúdos dos direitos humanos precisam ser trabalhados dialogando com o conjunto de disciplinas ou componentes curriculares. Mas é necessário principalmente que esses conhecimentos estejam explícitos nos conteúdos, no currículo.

Precisamos estudar os documentos que norteiam as nossas legislações; estudar os documentos que nos dizem quais são nossos direitos e deveres. Sendo assim, a proposta curricular precisa contemplar a diversidade no seu sentido mais amplo. Hoje a sociedade brasileira avança, por exemplo, quando traz as legislações na área da educação indígena, na área da educação especial, na área da educação e cultura afro brasileira. Inclusive trazendo questões que há 10 ou 20 anos, normalmente, não eram tratadas. Ora, isso faz parte do processo da democracia do Estado brasileiro.

Embora vivamos, ainda, numa cidadania muito frágil, pois há direitos que não foram conquistados, é que precisamos trabalhar nos conteúdos curriculares para que desde criança se comece a aprender a respeitar todas as pessoas em relação a raça, a etnia etc. E,



também, aprender a respeitar a opção que a pessoa venha a fazer no campo da orientação sexual, no campo da política, no campo de crença religiosa.

É isso que chamamos uma educação que respeita a diversidade. A diversidade no campo geracional; a diversidade de gênero etc. Para isso é muito importante que se tenha uma metodologia que trabalhe esses conceitos numa perspectiva de contribuir para que a pessoa tenha condições, não somente de aprender o conhecimento de qualquer forma, mas aprender a fazê-lo problematizando criticamente. Onde o diálogo seja uma dinâmica permanente.

A escola é esse espaço das aprendizagens que vão se dando no cotidiano. E essa troca de aprendizagem tem que ser permanente, pois o cotidiano que se dá no entorno da escola, deve ser referência. O que está acontecendo fora da escola precisa ser trazido para o seu interior para que ela dialogue sem, logicamente perder de vista os conteúdos programáticos tanto quanto essenciais.

A educação básica é muito importante, pois é aí que se começa a trabalhar esses conhecimentos, valores e atitudes. É onde se começa a socializar. É o primeiro espaço onde a criança e o adolescente começa a ter convivência e, portanto, a partir daí ela vai crescendo. É importante que a escola trabalhe nas diferentes linguagens. Temos uma riqueza enorme de linguagens no campo musical, teatral, poético, corporal, plástica etc. Pode-se trazer o Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo, numa dessas formas de linguagem. Assim, talvez ele seja melhor compreendido.

Trabalhar a identidade do estudante é outro fator muito importante. Pois muitas vezes crianças e adolescentes muito pobres não se percebem como gente, como pessoas. A escola precisa fazer esse trabalho de resgate da identidade e mostrar a importância que o estudante tem. Mostrar que ele é importante e por isso mesmo sujeito de direitos e logicamente de deveres. Lembrando Nelson Mandela:

“Nascemos para manifestar a glória do Universo que está dentro de nós. Não está apenas em um de nós: está em todos nós. E conforme deixamos nossa própria luz brilhar, inconscientemente damos às outras pessoas permissão para fazer o mesmo. E conforme nos libertamos do nosso medo, nossa presença, automaticamente, libera os outros”. (MANDELA)

Mas para que isso aconteça é necessária uma política de Estado que venha a fortalecer a escola. O sistema de ensino deve trabalhar com política de Estado e não apenas com políticas de governo. A política de Estado tem uma continuidade, independente do



governo que esteja à sua frente. Seja Governo Federal, Estadual ou Municipal. São necessárias ações permanentes e não apenas ações pontuais, pois educação em direitos humanos é um processo contínuo e sistemático. Criar uma contracultura a favor dos direitos humanos. Eis o papel fundamental da escola.

A escola precisa entender que o seu aluno é um ser humano, que tem direitos, ser que tem saberes, que dá nomes, que rebatiza, que reconfigura a condição do saber humano. É preciso que a escola saiba que existem conteúdos específicos de direitos humanos e que cada aluno precisa saber desses direitos. A escola precisa descobrir que o ser humano é o ser da palavra, do pensamento, portanto, a sala de aula tem que ser o lugar da palavra e do pensamento.

Uma vez feito isso, construímos. E se pudermos construir a dimensão do saber humano com a dimensão do lugar onde vivem os alunos, o que significa que ao mesmo tempo em que temos a mundialização, entendemos que as pessoas conseguem compreender o mundo a partir do seu lugar. Significa que é do lugar dos alunos, do lugar dos professores, do lugar onde a escola está inserida que se constitui o universal do saber humanos junto aos alunos e junto aos professores.

É preciso conhecer os direitos. Pois se você se sabe um ser humano digno da condição humana, você não passa fome ou não admite que o outro passe fome. Se você se sabe um ser humano com a condição da dignidade que a vida de um ser humano exige você vai morar em lugares dignos, lugares que tenham conforto, luz quando precisa, água quando precisa, roupa adequada ao clima, alimento para matar sua fome.

É preciso que conhecendo os direitos humanos você se movimente em direção a executar o que se conhece, a tornar o que se conhece concreto, efetivo. E isso é diálogo, embate; é processo democrático. A democracia pressupõe o conflito; é o campo do conflito. E as vezes quando não se conhece o direito, não se quer comprometer-se com a democracia. Deseja-se que o outro decida.

Neste processo do conhecer, do querer e do realizar os direitos, a escola tem dois papéis importantes. O primeiro processo é o do conhecimento e o segundo processo é o do conhecimento que precisa ser exercido, que precisa ser vivenciado. Na escola há uma especificidade que é saber lidar com o saber humano, o saber humano desconhecido que vem dos alunos e com o saber formal, às vezes inclusive, envelhecido no tempo. A escola tem o conhecimento específico dela e este conhecimento precisa ser atualizado e vivenciado



dialogicamente entre os aprendizes e os ensinantes, entre os educandos e os professores destes educandos.

Se a escola tiver a condição de se aproximar do seu lugar, da sua coletividade e de agir junto a ela, a escola presta um serviço significativo não só para os estudantes e para os professores, mas para a coletividade toda ressignificando para além da própria escola os direitos humanos. Porém, o universo não pode ficar restrito ao espaço da escola e do seu lugar. Isto porque na América latina 94 % dos lares tem televisão e as crianças passam mais tempo vendo televisão do que na escola. (CANCLINI P. 39-51).

Então, se há um conhecimento escolar, há também um outro conhecimento que entra nas casas, é o conhecimento dado pela televisão, um conhecimento sem controle. Então o conhecimento universal chega às casas, e aquele conhecimento específico do lugar dos aprendizes é também universal porque entra nas casas. Portanto, o conhecimento local é decisivo porque é daí que parte a construção do saber humano. Mas não se pode deixar de entender que o saber humano, neste tempo em que estamos vivendo tem uma dimensão universal.

É preciso que a escola olhe o papel que os meios de comunicação exercem hoje no mundo, inclusive a carga de saberes de todos os tipos que estes meios de comunicação colocam dentro de nossas casas cotidianamente.

Direitos humanos é uma dimensão de desejo, de percepção de construção da humanidade. Os Direitos humanos são muito mais que uma declaração, muito mais que os direitos fundamentais que são da declaração e que estão inseridos na Constituição brasileira. Direito humano é o reconhecimento do outro; não se consegue imaginar um professor que não se entenece com seu aluno. Então, direito humano é o desejo da condição humana, da condição da liberdade inerente ao ser humano, do reconhecimento de que somos iguais sendo diferentes.

O reconhecimento de que as vezes precisamos sonhar para além do cotidiano. E aí está o movimento de formação de uma cultura dos direitos humanos; talvez a escola, cada pessoa envolvida neste processo precise entender as experiências muito ruins que a humanidade viveu, a experiência da tortura, a experiência de não poder enterrar seus mortos, da experiência de negação da democracia que a América Latina viveu tão intensamente na segunda metade do século passado; para que estas coisas não voltem mais a se repetir, para que estas coisas não tenha mais lugar na história da América Latina e em especial do Brasil.



Que isto se constitua um sonho de um País mais justo, um País mais igual, um País onde as liberdades sejam efetivamente respeitadas em diálogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivamos chamar a atenção para o cenário dos Direitos Humanos e a Educação escolar. Os projetos político-pedagógicos das escolas na atualidade entendem que ela teria uma função social importante: construir um projeto de sociedade que possibilite a participação dos indivíduos na produção da sua existência, como sujeitos de direitos, ativos na realidade que se constrói historicamente. Assim, além da preparação para a cidadania e para o trabalho, a função social da escola de hoje consistiria na formação de seus alunos para a convivência numa cultura de diversidade e de direitos. Nesse novo modelo de sociedade, que busca uma cidadania cada vez mais ampliada, temos que ser capazes de ser reflexivos.

Ser reflexivo implica realizar constantes autocríticas, de se tornar alguém individual e, ao mesmo tempo, que saiba viver em sociedade. Nesse sentido, a escola tem sido cada vez mais demandada e chamada a rever seu papel na complexa engrenagem social.

Porém, algo precisa ser frisado: o ensino dos direitos humanos não passa somente pela transmissão oral do que se deve ou não ser feito. Passa, principalmente, pelo exemplo cotidiano daqueles que se propõem a serem os modelos que crianças e jovens devem seguir. Obviamente é o papel da escola problematizar temas históricos, sociais e culturais que levem os alunos a construir uma visão crítica do mundo.

REFERÊNCIAS

BALLESTRERI, Ricardo. **Cidadania e Direitos Humanos**: um sentido para a educação. Rio Grande do Sul: Pater, 1999.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Direitos Humanos**: desafios para o século XXI. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, et al. Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1986. BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Malheiros, 2015. BRASIL. Constituição 1988.

BRASIL. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.



CANCLINI, Nestor Garcia. Políticas culturais na América latina – Revista Novos Estudos n. 2, p.39-51.

CANDAU, Vera. et.al. **Tecendo a Cidadania:** oficinas pedagógicas de direitos humanos. Petrópolis: Vozes, 1996.

COMPARATO, F.K. **Ética:** direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FAZENDA, Ivani. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro:** efetividade ou ideologia ?. São Paulo: Loyola, 1979.

FERRAJOLI, Luigi. **Diritti fondamentali:** un dibattito teorico, a cura di Ermanno Vitale. Roma/Bari:Laterza, 2002.

MAGENDZO, Abraham. **Educación en Derechos Humanos:** un desafío para los docentes de hoy. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

MANDELA, Nelson. <http://www.frasescurtas.net/frases-de-nelson-mandela>. ONU - PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.

PIOVESAN, F. Temas de direitos humanos – 7ª ed.- São Paulo: Saraiva, 2014.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; NADER, Alexandre Antonio Gilli & DIAS, Adelaide Alves. Subsídios para a Elaboração das Diretrizes Gerais da Educação em Direitos Humanos – versão preliminar. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

UNESCO. Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

VÁSQUEZ, A.S. ÉTICA. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2002.